

APLICAÇÃO DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS PARA REDUÇÃO DO DESEMPREGO

Joaquim de Oliveira Olímpio¹, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira²

1- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba –
.Shishima Hifumi,2911 Urbanova –12244-000 – São José dos Campos – SP – Brasil –
joaquimolimpio@yahoo.com.br

2- Professor Assistente Doutor – Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas – FCSA –
Universidade do Vale do Paraíba Av. Shishima Hifumi,2911 Urbanova –12244-000 – São José
dos Campos – SP – Brasil – edsonaaq@universiabrasil.net

Palavras-chave: crescimento econômico, política macroeconômica, desemprego.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais e Aplicadas.

Resumo: A questão do emprego assume, no contexto da integração competitiva, contornos muito complexos que constituem um grande desafio para o Governo Federal e para a sociedade. O objetivo da ação governamental é aumentar a eficiência e a equidade no mercado de trabalho. O caráter predominantemente estrutural do problema do emprego, agravado temporariamente pelas recentes medidas de ajuste fiscal e monetário, e a necessidade de elevar o bem-estar dos trabalhadores exigem um conjunto de estratégias de curto, médio e longo prazos, cujo sucesso depende do grau de consenso entre governo, trabalhadores e empresários, nas ações para enfrentar o desemprego, para abrir novas oportunidades de trabalho e para melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira.

Introdução

Vive se hoje, uma nova ordem mundial, cuja definição ainda não se encontra suficientemente clara, chamada globalização. Pode-se dizer que se trata de um conjunto complexo de inter-relações estabelecidas entre os países do mundo, sobretudo, do ponto de vista sócio-cultural, econômico e político. Alguns especialistas afirmam que a crise econômica na qual se vive, está, portanto, necessariamente ligada ao processo de globalização.

Este trabalho tem a finalidade de apresentar as igualdades e os contrastes, das inúmeras propostas, pesquisadas sobre políticas de emprego, como existe, uma certa concordância em alguns pontos dentro dos mesmos segmentos, sendo assim, para facilitar a compreensão e não torna-la a leitura maciça e cansativa e repetitiva, decidi, fundir as principais propostas de cada

segmento, os de linhas de pensamento ortodoxo, com base nos sindicatos patronais, federações industriais, partidos situacionistas e parte das instituições governamentais, principalmente o Ministério do Trabalho.

E por fim, será apresentada, algumas considerações finais, sobre as propostas e ações a serem feitas, para reduzir o nível de desemprego no país, pela manutenção dos trabalhadores que já estão empregados, e melhoramento das assistências através de políticas passivas, ou seja, políticas destinadas aos desempregados.

As Políticas de Emprego

A questão do desemprego assume, no contexto da integração competitiva, contornos muito complexos que constituem um grande desafio para o Governo Federal e para a sociedade.

O objetivo da ação governamental é aumentar a eficiência e a equidade no mercado de trabalho

O caráter predominantemente estrutural do problema do desemprego, agravado temporariamente pelas recentes medidas de ajuste fiscal e monetário, e a necessidade de elevar o bem-estar dos trabalhadores exigem um conjunto de estratégias de curto, médio e longo prazos, cujo sucesso depende do grau de consenso entre governo, trabalhadores e empresários, nas ações para enfrentar o desemprego, para abrir novas oportunidades de trabalho e para melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira.

As políticas de Estado com relação à questão do desemprego assentam-se em duas frentes, sendo uma programática e a outra normativa. No primeiro caso, compete ao Estado executar políticas de fomento ao emprego e à educação, qualificação e requalificação profissional, bem como desenvolver programas de proteção ao trabalhador. No segundo, é necessário modernizar as instituições que regem as relações entre capital e trabalho no Brasil.

A questão do emprego, portanto, exige ações governamentais de caráter normativo e programático, desdobrando-se em políticas ativas e passivas. As políticas ativas destinam-se à promoção do emprego, ao aumento da empregabilidade da força de trabalho, assim como à reforma do marco legal visando a facilitar e a estimular a criação de empregos de qualidade. As políticas passivas visam à proteção do trabalhador desempregado.

As políticas ativas compreendem:

- a política macroeconômica e a de promover investimentos regionais e setoriais;
- a política de valorização da força de trabalho através dos investimentos em educação fundamental e de qualificação e requalificação profissional;
- a modernização da legislação trabalhista, inclusive as propostas destinadas a instituir novas formas de contrato e a reduzir o custo não-salarial do trabalho.

As políticas passivas são aquelas destinadas a proteger os trabalhadores desempregados, constituindo-se:

- do instituto do seguro-desemprego;
- da intermediação da mão-de-obra.

A Política Macroeconômica para Reduzir o Desemprego

A melhor política para reduzir o desemprego é o crescimento econômico sustentado. Para tal, é essencial a conquista definitiva da estabilidade. Com inflação, o crescimento não segue um caminho muito longo. As reformas administrativa, previdenciária e tributária visam a erradicar as causas primárias da inflação que estão associadas ao equacionamento do déficit público. É essencial, portanto, manter a orientação atual da política macroeconômica, pois ela constitui o pilar sobre o qual se assentam as possibilidades de um crescimento econômico sustentável.

A continuidade do programa de desestatização deverá aliviar os problemas de financiamento do setor público e proporcionar maior eficiência à economia, devido ao emagrecimento das atividades do Estado. O sucesso das reformas criará as condições para que a economia brasileira melhore seu desempenho e obtenha as vantagens do processo de integração competitiva.

O problema do desemprego, além das questões situadas no plano macroeconômico, reserva hoje, um papel preponderante no desenvolvimento de políticas, ativas e passivas, voltadas para o mercado de trabalho. O governo brasileiro pouco avançou na direção de implementar um conjunto diversificado de políticas ativas de mercado de trabalho (formação profissional, crédito aos micro e pequenos empreendimentos, formais e informais, entre outros).

Esse movimento recente apresenta duas características importantes que constituem os eixos básicos sobre os quais o processo de consolidação das políticas públicas de emprego deveria estar avançando.

A primeira delas diz respeito ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Seja pela dimensão dos recursos envolvidos (R\$ 31 bilhões de patrimônio), seja, principalmente, pela natureza do Fundo, que permite conjugar múltiplas possibilidades de aplicações e, portanto, de manejo das políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho. Trata-se de um fundo que prevê o custeio de um mecanismo compensatório frente ao desemprego e, simultaneamente, financia projetos de investimentos, através do BNDES, que podem ser canalizados para

setores com grande potencial de geração de emprego.

Ademais, seus recursos sustentam alguns dos principais instrumentos do conjunto de políticas ativas voltadas para o mercado de trabalho, como a qualificação profissional e os programas de geração de emprego e renda.

A segunda característica diz respeito às parcerias que foram formadas nesse processo, envolvendo as instituições financeiras oficiais federais, os governos estaduais e municipais e a sociedade em geral, através do CODEFAT e das comissões estaduais e municipais de emprego. Além do CODEFAT, que representa uma experiência de gestão tripartite e paritária de um fundo público.

Além disso, a questão do emprego é hoje um dos principais itens da agenda de trabalho dos governos estaduais e, principalmente, das prefeituras. Isso fica bastante claro, a preocupação em atrair investimentos, e a buscar programas e ações ligados especificamente às políticas ativas de mercado de trabalho.

A estratégia de descentralização dos recursos do FAT adotada pelo MTb (Ministério do Trabalho) tem propiciado inúmeras iniciativas nos governos estaduais e municipais, inaugurando, um espaço de implementação de políticas públicas de emprego.

A Política de Desenvolvimento

A geração de empregos depende do crescimento econômico sustentado, que, por sua vez, só pode ocorrer com a estabilidade da moeda. A melhor política de emprego é, por conseguinte, o desenvolvimento econômico em um ambiente não-inflacionário e institucionalmente favorável à expansão dos investimentos públicos e privados.

O mercado, porém, não tem condições de fazer tudo sozinho. A prosperidade econômica é condição essencial, mas não suficiente para promover o emprego. Governo e sociedade, em parceria, podem conceber e implementar políticas que gerem estímulos à criação de empregos e permitam aos empregados manterem-se em seus postos de trabalho. Políticas de desenvolvimento contemplam ações para atrair investimentos privados, externos e domésticos, promover os investimentos públicos em infra-estrutura

econômica e social, assim como financiar as atividades produtivas de destinação regional e/ou setorial.

Através de uma política de investimentos em infra-estrutura econômica e social e em atividades produtivas, pretende-se estimular o crescimento da economia e, conseqüentemente, expandir as oportunidades de emprego.

O Novo Emprego para o Novo Profissional

No mundo do trabalho, o multiprofissional ocupa o lugar daquele que domina apenas uma tarefa; o treinamento é supervalorizado; a criatividade do trabalhador é incentivada, e a liderança participativa rompe com o comando autoritário.

Para que esta reorganização na mão-de-obra seja possível, a estrutura do mercado de trabalho está se adaptando ao novo paradigma produtivo e tecnológico, cujas palavras de ordem são: produtividade, competitividade e lucratividade.

Esta adaptação está sendo feita com um custo social bastante elevado e conseqüências imprevisíveis para as próximas décadas, trazendo consigo um mercado no qual o emprego regular (ou de "tempo integral"), com segurança, salários reais, vantagens sociais, começa a se tornar escasso para a maioria.

Surge, então, o emprego temporário, parcial, casual, e outras modalidades que representam na verdade, o chamado "desemprego disfarçado", cujas condições de trabalho estão muito abaixo dos padrões aceitáveis, e reeditam o pré-fordismo principalmente nos países subdesenvolvidos. Somando-se a este, o "**desemprego estrutural**" (ou "tecnológico") está afastando um grande número de pessoas do mercado de trabalho, torna-se global, e tende a crescer na mesma proporção dos requisitos tecnológicos.

O desemprego estrutural é uma tendência em que são cortados vários postos de trabalho e uma das principais causas é a automação de várias rotinas de trabalho, substituindo a mão-de-obra do homem.

As fábricas estão substituindo operários por robôs, os bancos estão substituindo funcionários por caixas eletrônicas, os escritórios informatizados já possuem sistemas que executam tarefas repetitivas e demoradas, eliminando alguns funcionários.

A reorganização da mão-de-obra na economia globalizada, portanto, é paradoxal; gerando uma incerteza em todos os aspectos do trabalho (mercado, emprego, renda e representação), constitui-se na realidade numa desorganização, que está refletindo também no modo de viver, de pensar e sentir a vida hoje.

Se a segunda revolução industrial trouxe a conversão do trabalho em trabalho assalariado, a terceira está trazendo o fim deste, e convertendo progressivamente ciência e tecnologia em forças produtivas.

A Mão-de-obra Globalizada

O aumento da concorrência internacional gerado pela Globalização obriga as empresas a

A recusa à modernização é uma falsa opção. Pode, em curto prazo, proteger alguns setores que, entretanto, dificilmente sobreviverão em um ambiente competitivo. Além de inibir a atração de novos investimentos, corre-se o risco de perder os empregos protegidos. O custo de proteção inviabiliza a estabilização da economia, eliminando a concorrência, e a falta dessa é o cenário que viabiliza o retorno da inflação.

Assim, como o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva pelo qual o Brasil vem passando é uma alternativa de combate ao desemprego, qualquer discussão séria sobre uma política de emprego passa, necessariamente, por uma política de reestruturação produtiva.

Os Investimentos Privados de Origem Estrangeira

A criação de um ambiente político e econômico favorável aos investimentos privados que se expressa pela conquista da estabilidade, pelas reformas econômicas e pelo programa de privatizações, pode ser o caminho para aumentar a entrada de investimentos estrangeiros no País.

A entrada líquida de investimento direto estrangeiro subiu de US\$ 3,9 bilhões, em 1994, para US\$ 17,1 bilhões em 1997. Na área de telecomunicações, os investimentos privados elevaram-se de US\$ 4,720 bilhões para US\$ 12,540 bilhões entre 1995 e 1997, estando previsto para o período 1998/1999 inversões da ordem de US\$ 22,220 bilhões.

Os Investimentos em Infra-estrutura e Serviços Sociais Básicos

A política de investimentos em infra-estrutura econômica e social visa a aumentar a capacidade produtiva da economia e a dotação de capital social básico, gerando empregos tanto na fase de implantação quanto na de funcionamento. Ademais, potencializa o emprego futuro ao expandir a fronteira de recursos da sociedade e da economia.

A Modernização da Legislação Trabalhista

A capacidade do mercado de trabalho de gerar empregos depende não apenas da expansão econômica, mas também das instituições que regulam o seu funcionamento e da maturidade das relações de trabalho.

O grau e a natureza da regulação do mercado podem facilitar ou dificultar a capacidade de resposta do emprego ao crescimento econômico, atenuando ou agravando os conflitos entre o capital e o trabalho.

Nesse sentido, outro conjunto de ações é à necessidade de reformar as relações de trabalho no País. A mudança é necessária para que elas se ajustem aos novos padrões de negociação entre o capital e o trabalho estabelecidos pela atual dinâmica social, política e econômica no Brasil.

Além disso, torna-se imprescindível adequar o funcionamento das instituições que atuam no mercado de trabalho e, também, a legislação trabalhista aos requisitos de uma economia aberta e competitiva. É necessário, ainda, estimular a transição para um sistema de negociação ágil, flexível e democrático, em substituição ao sistema vigente, que se caracteriza por ser estatutário, rígido e autoritário.

Organização Sindical e Negociação Coletiva: promover o fortalecimento dos sindicatos como entidades representativas dos trabalhadores. A importância da negociação coletiva nas novas relações capital/trabalho vai exigir sindicatos fortes;

O Contrato por Prazo Determinado: uma forma de estimular o emprego e a formalização é ampliar o leque de possibilidades quanto a contratos de trabalho que reduzam os custos de admissão e de demissão. Contratos mais flexíveis que assegurem direitos e que sejam mais

adequados às características de uma economia aberta e competitiva podem gerar empregos de boa qualidade;

Redução e Flexibilização da Jornada de Trabalho: a redução da jornada de trabalho, por meio de acordo ou convenção coletiva, já é permitida pelo inciso XII do art. 7º da Constituição Federal de 1988. A Lei nº 9.601/98 também instituiu de forma universal e pela negociação coletiva o banco de horas quadrimestral, antes restrito à compensação semanal;

Redução do Custo Não-Salarial do Trabalho: os encargos sociais afetam o custo do trabalho, cujo nível e variação, devido à taxa de câmbio e ao crescimento da produtividade, podem ser decisivos na determinação do grau de competitividade da economia. A transferência da carga parafiscal que incide sobre a folha salarial para outras fontes (valor agregado, lucros, faturamento) deverá estimular uma maior formalização do mercado de trabalho;

Contrato Temporário: no âmbito das propostas de reforma normativa na área trabalhista, estuda-se a modificação da legislação referente à terceirização, ou seja, os institutos do trabalho temporário e da prestação de serviços a terceiros. A proposta objetiva desburocratizar ambas as espécies de terceirização, de modo a estimular essas formas de contratação, hoje permeadas de óbices administrativos;

Cooperativas de Trabalho: outro tema em reformulação é o das cooperativas de trabalho. Após a inclusão do parágrafo único ao art. 442 da CLT, passaram a se disseminar no País casos de falsas cooperativas, estimuladas por esse dispositivo, equivocadamente inserido na legislação do trabalho, que exclui da relação trabalhista os serviços prestados por membros de cooperativas a empresas.

O Desemprego tem Saída

O Plano Nacional de Formação Profissional é essencial para aumentar a empregabilidade da força de trabalho e elevar a sua escolaridade, sugere-se uma maior focalização de suas ações nas áreas metropolitanas, particularmente entre os jovens, e sua maior integração com o sistema de intermediação de mão-de-obra gerenciado pelo SINE.

Os programas de apoio aos micro e pequenos estabelecimentos produtivos estão

exigindo uma ação prioritária e mais eficaz dos agentes financeiros junto aos seus clientes que têm enfrentado dificuldades de acesso ao crédito. a política agrícola e a de reforma agrária são essenciais para manter e gerar empregos no campo, visando desta maneira o famoso êxodo rural, redistribuir a renda e a riqueza e evitar uma maior pressão sobre as áreas urbanas, especialmente as metropolitanas:

- Redução da jornada de trabalho, sem a redução de salário e de direitos;

- Jornada máxima de 40 horas, com um aumento estimado em até 3.600.000 novos postos de trabalho, dados segundo o DIEESE.;

- Criação de jornada de trabalho (6 horas diária) para o estudante, com a intenção de dar melhores condições a gerar melhor a experiência profissional, sempre cobrada pelo mercado de trabalho;

- Maior fiscalização, sobre o trabalho infantil, contrariando as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Criação de um Programa Nacional de Bolsa-escola, trazendo a questão ao âmbito federal, tirando o peso dos municípios, a bolsa seria de um salário mínimo as famílias de baixa renda, para que mantenham suas crianças na escola e com uma certa frequência escolar, evitando com isso a evasão escolar;

- Associar as parcelas do Seguro Desemprego a uma política de estímulo à orientação profissional do desempregado;

- Implantação de políticas de desestímulo das jornadas extraordinárias de trabalho (horas extras) combinada com a política de aumento salarial;

- Implementação, de fato, da Reforma Agrária, uma reforma que garanta o incentivo e crédito para a produção, assistência técnica, política sociais, bem como o escoamento da produção;

- Criação urgente, de uma política agrícola que incentive a pequeno e médio agricultores e a agricultura família;

- Ampliação dos investimentos em moradias populares, com subsídios para as classes mais pobres através da criação de um plano emergencial de construção das casas populares (o déficit é de 4,5 milhões de moradias e 12 milhões de sub-moradias);

- Investimento na escola pública, com uma vasta ampliação de vagas, limitação do

número de alunos por classe, investimentos em treinamentos aos professores.

- Retornar os investimentos em pesquisas e tecnologias nas universidades e escolas públicas;
- Investimento na saúde pública com melhoria do atendimento e fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde) ;
- Diminuição mais acelerada das taxas de juros, com o intuito de acelerar a economia;
- Criação de um amplo programa de apoio às micro, pequena e média empresas, condicionando ao compromisso de geração de empregos.

Estas seriam algumas das muitas ações que poderiam ser implementadas, pelo governo em parceria com a iniciativa privada.

Conclusão

Pode-se concluir que a globalização exige uma reorganização da mão-de-obra, porém existem dois lados distintos nesta nova tendência, de um lado as forças que comandam a introdução de novas técnicas e avanços científicos, levando o mundo a possibilidade de recessão; do outro as forças que pressionam no sentido de elevação dos salários, da manutenção dos empregos já existentes e criação de novos postos apontando para a possibilidade de alta na inflação. A guerra entre as duas forças geram uma insegurança em todos os campos do trabalho (mercado, emprego, renda, e etc.), desorganizando até mesmo o modo de viver, de pensar e sentir a vida hoje.

Os profissionais estão enfrentando problemas para atualizarem seus conhecimentos, devido ao rápido avanço da tecnologia, sendo que a classe mais baixa sofre também pelo fato de não possuir meios para a realização de reciclagens.

Os inventos da robótica e da informática estão tomando o espaço dos trabalhadores da classe mais baixa, ao ponto em que o funcionário multifuncional está se tornando cada vez mais comum nas organizações, pois não há mais espaço para o profissional específico para uma determinada função.

Referências Bibliográficas

- [1] JR., Rudinei, *Economia Brasileira Contemporânea*, 3ª Ed, São Paulo : Atlas, 1999.
- [2] BRIDGES, William, *Um Mundo Sem Empregos*, São Paulo : Makron Books, 1995.
- [3] MANCE, Euclides André, *Realidade Virtual: A Conversibilidade dos Signos em Capital e o Poder Político*, Revista Lumen, , São Paulo: Faculdades Associadas Ipiranga, 1996.
- [4] <http://www.liceuasabin.br/>
- [5] <http://www.dieese.org.br>
- [6] <http://www.fiesp.org.br>
- [7] <http://www.mst.org.br/bibliotec/textos/realbrasil/dinaniz.html>
- [8] <http://www.mtb.gov.br>